

Projeto: Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da produção acadêmica sobre acolhimento institucional para crianças e adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SIQUEIRA, Aline Cardoso; ZOLTOWSKI, Ana Paula; GIORDANI, Jaqueline Portella; OTERO, Taís Mallet; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. Estudos de Psicologia, 15, 07-15, 2010.

2) Resumo e Palavras-Chave – O objetivo desse estudo foi compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de três adolescentes que moravam em abrigos. Visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção foram utilizadas com os participantes e um membro da família, durante um período que variou de seis a 18 meses. Os resultados indicaram que as famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade; não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno; e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição. Dois dos adolescentes demonstraram satisfação com a reinserção após alguns meses de desligamento, embora a situação de pobreza e baixo desempenho escolar fossem percebidos como problemas pelos participantes. No terceiro caso, problemas na condução da reinserção fizeram com que a adolescente fosse reabrigada. Discute-se a necessidade de políticas públicas e de programas desenvolvidos por profissionais capacitados, em parceria com os abrigos, que visem à promoção da convivência familiar.

Palavras-chave: institucionalização; políticas públicas; reinserção familiar.

3) Objetivo do estudo – O objetivo desse estudo foi compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de três adolescentes que moravam em abrigos.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Foram utilizadas Entrevistas de Reinserção (Siqueira,2006) com três adolescentes e um representante da família, durante um período que variou de seis a 18 meses após o retorno à família. Dois deles são do sexo feminino e um do sexo masculino, e estavam abrigados em instituições governamentais e não-governamentais da região metropolitana de Porto Alegre, RS/Brasil. Estas entrevistas investigavam aspectos da história individual dos participantes e da família; a institucionalização; e o processo de retorno à família. Todas as informações coletadas nas Visitas Domiciliares e nas conversas informais foram registradas no diário de campo.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Foram levantadas três unidades de análise: institucionalização; processo de desligamento; e convivência familiar. A unidade “institucionalização” incluiu aspectos relacionados às características dos abrigos, ao motivo do abrigamento e à percepção dos jovens quanto ao período que estiveram abrigados. Na unidade de análise “processo de desligamento”, dados sobre como o desligamento foi planejado, como os jovens e suas famílias foram preparados para o desligamento e que tipo de apoio foi disponibilizado às famílias foram encontrados. Na última unidade, elementos do cotidiano dos adolescentes na família e na comunidade ao longo dos 18 meses de acompanhamento foram incluídos.

8) Resultados / dados produzidos – Os resultados indicaram que as famílias se encontravam em situação de vulnerabilidade; não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno; e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição. Dois dos adolescentes demonstraram satisfação com a reinserção após alguns meses de desligamento, embora a situação de pobreza e baixo desempenho escolar fossem percebidos como problemas pelos participantes. No terceiro caso, problemas na condução da reinserção fizeram com que a adolescente fosse reabrigada. Apesar de recomendado pelo ECA (1990), dois dos três casos de desligamento não foram avaliados adequadamente e nem acompanhados pela instituição de abrigo. O único caso que foi acompanhado pelo Serviço de Assistência Social do abrigo ocorreu por existir uma vinculação afetiva entre a profissional e o adolescente, não sendo regra na instituição investigada. Uma das adolescentes retornou ao abrigo cerca de sete meses depois, confirmando, de certa maneira, que este processo foi realizado de forma inadequada. Na prática, não existe um programa de avaliação e acompanhamento de egressos dos abrigos e, muitas vezes, as instituições de abrigo não possuem equipe ou habilitação técnica para realizar este trabalho. A prática de promover visitas periódicas entre os abrigados e seus familiares foi encontrada na totalidade dos casos, contudo, se não forem planejadas em conjunto com as famílias e estas não forem orientadas e ajudadas nesse processo de reconexão, as visitas não serão um importante instrumento para o sucesso na reinserção. De fato, as instituições que possuem assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, parecem realizar esta avaliação e acompanhar o desligamento, entretanto, este trabalho acaba sendo um entre tantos outros que a equipe deve realizar. Existe uma dificuldade para efetivar esta determinação legal em sua plenitude.

9) Recomendações – Discute-se a necessidade de políticas públicas e de programas desenvolvidos por profissionais capacitados, em parceria com os abrigos, que visem à promoção da convivência familiar. Diferente do que preconiza o ECA (1990), que atribui ao abrigo a tarefa de promover e acompanhar o desligamento institucional, uma política de reinserção familiar poderia ser criada, com uma equipe formada por assistentes sociais e psicólogos, em parceria com instituições de saúde que já desenvolvem seu trabalho junto a famílias, como o Programa da Saúde da Família (PSF).

Esta nova organização, governamental ou não, poderia focalizar especificamente os processos de reinserção familiar, desde a avaliação e preparação das famílias e abrigados, até o acompanhamento posterior dos casos, realizando visitas domiciliares frequentes e encaminhando-os para programas profissionalizantes e de tratamento de saúde, por exemplo. Estas equipes poderiam ser implementadas através do Sistema Único da Assistência Social, que desenvolve programas e projetos voltados à Proteção Social Básica (prevenção de situação de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social).

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.